11.Jun.

c/ 3 abst. 2 CDU 1 C.F.N.T.
21 / 3 2013 3 votos favor do PS.

**--- ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE AZAMBUJA DO DIA 11 DE JUNHO DE 2013 ---------------------------------------------------------------------------------------------------**

**--- LOCAL DA REUNIÃO** – Salão Nobre dos Paços do Concelho.----------------------------------------

--- A reunião teve início às quinze horas e estiveram presentes, pelo Grupo do PS, o Sr. Presidente em Exercício Luís Manuel Abreu de Sousa, e os Srs. Vereadores Marco António Leal Pereira, Ana Maria Correia Ferreira e Silvino José da Silva Lúcio, pela Coligação "Pelo Futuro da Nossa Terra", o Sr. Vereador António Jorge Lopes e, pelo Grupo da CDU, o Sr. Vereador António José da Fonseca Nobre.-----------------------------------------------------------------------------

--- Secretariou a reunião a Diretora do Departamento Administrativo e Financeiro, Irene Lameiro.

**------------------------------------------------ ANTES DA ORDEM DO DIA -----------------------------------**

**--- ANÚNCIOS DO PRESIDENTE E VEREADORES**-------------------------------------------------------

--- O Sr. Presidente em Exercício deu início à reunião saudando os Senhores Vereadores, público presente e comunicação social. Não havendo informações a prestar passou, de imediato, ao ponto seguinte do período "Antes da Ordem do Dia". ----------------------------------------------

**--- INTERVENÇÕES DO PÚBLICO** ---------------------------------------------------------------------------

--- Interveio o Sr. Manuel Couceiro para dar conhecimento da existência de uma praga de pulgas no Largo de Santo António, visto ser um problema de saúde pública. Pretende saber qual a possibilidade do local ser intervencionado por parte da Câmara. ------------------------------------------

--- Interveio a Sra. Deolinda para pedir esclarecimentos acerca do funcionamento do Centro de Saúde de Azambuja, designadamente o sistema de marcação de consultas, uma vez que quando certos médicos estão de serviço, a afluência é tal que as verdadeiras urgências são postas em causa. -----------------------------------------------------------------------------------------------------

--- O Sr. Presidente em Exercício deu conhecimento da realização de uma reunião, no Centro de Saúde, onde levantou essa questão. Foi-lhe comunicado que agora não iria ali haver problemas de médicos, porque também tinham alguns médicos de retaguarda, e que quando houvesse grande afluência de pessoas que eles próprios também atenderiam e as pessoas não necessitariam de estar ali naquela fila de espera. De qualquer das maneiras toma nota e exporá a situação. ---------------------------------------------------------------------------------------------------------

-- Em resposta ao Sr. Manuel Couceiro, o Sr. Vereador Silvino Lúcio explicou que há cerca de dois anos foi necessário intervir naquela zona porque existiam animais nas traseiras de um prédio devoluto. Foi feita uma desinfestação, falou-se com os proprietários e resolveu-se o problema. Desconhecia a atual situação, pelo que toma e vai ver o que se passa. ------------------

**--- INTERVENÇÕES DO PRESIDENTE E VEREADORES** ----------------------------------------------

--- Interveio o Sr. Vereador António Nobre que pediu o ponto de situação relativa aos compromissos do município para com a EMIA e com a Caixa Geral de Depósitos. ------------------

--- Respondeu o Sr. Presidente em exercício para dizer que houve oportunidade de fazer contactos com a Caixa Geral de Depósitos e, na quinta-feira recebeu um telefonema da Caixa Geral de Depósitos a pedir uma reunião na Câmara para resolvermos essa situação. Entretanto já se procedeu ao pagamento de juros e amortizações. ---------------------------------------------------

--- A Dra. Irene Lameiro disse que já tinha sido realizada uma transferência e o ofício que acompanhava a operação dizia que o valor entregue se destinava exclusivamente à amortização de capital, juros, não estava incluído qualquer valor para aquelas comissões que nos estavam a querer imputar. A explicação para as comissões seria possível depois da realização da reunião. -

-- O Sr. Vereador António Nobre perguntou se foram as duas prestações regularizadas, ou se apenas a de Dezembro que estava compreendida no PAEL. Trata-se de um compromisso estrutural, de divida que o município tinha assumido ao autorizar a empresa municipal a contrair

financiamentos. Continuando, manifestou preocupação, por um lado, por ter que se recorrer a receitas crediárias para satisfazer compromissos assumidos há muitos anos pelo próprio município, e por estar uma prestação já vencida e em divida que era aquilo que queríamos que nunca viesse a acontecer. Relativamente aos fornecedores, que são os que usualmente ficam para trás, o município assumiu um novo empréstimo para regularizar essas situações e apoiar a economia local. ----------

--- Interveio o Sr. Presidente em exercício dizendo que na eventualidade de não haver disponibilidade de imediato proceder-se-á ao pagamento quando se receber a segunda tranche do PAEL, sendo que ainda estamos a receber alguma documentação em relação à primeira tranche, designadamente recibos relativos aos pagamentos efetuados. ----------

--- Interveio o Sr. Vereador António Nobre para dizer que entende que todo o trabalho contabilístico tem que estar justificado documentalmente. Sendo certo que o município não pode ser prejudicado pelo facto do governo se ter atrasado no respetivo procedimento e também o próprio Tribunal de Contas, não percebe terem-se adiantado pagamentos a alguns fornecedores.

--- O Sr. Presidente em exercício manifestou igualmente preocupação com a situação, conquanto a EMIA tenha sido uma área gerida e orientada pelo Sr. Presidente Joaquim Ramos. Neste momento tem andado a inteirar-se de várias situações para orientar a sua intervenção. Numa próxima oportunidade dará conhecimento das soluções que apontadas para obviar este e outros problemas. ----------

--- Interveio a Sra. Vereadora Ana Maria Ferreira para dar duas informações: uma delas é que está a decorrer em Salvaterra de Magos um fórum final de um projeto escolar de âmbito intermunicipal, gerido pela CIMLT e que dá pelo nome "Ruas da Lezíria" onde se incentivam os alunos a conhecer e a trabalhar melhor sobre a área da residência, a área da sua escola, ou outras áreas que lhe sejam familiares ou próximas pelos mais variados motivos. Neste âmbito gostava de dar conta, e com regozijo, pela atribuição de uma menção honrosa ao nosso município e, em particular, às turmas do terceiro C e G, porque o trabalho foi desenvolvido no âmbito das AEC e por isso agrega duas turmas do Centro Escolar Boavida Canada. Os alunos estão lá, neste momento, com técnicos do município a acompanhar a atribuição deste prémio. Por outro lado, esta semana é a semana de encerramento do ano letivo para o primeiro ciclo e, portanto, duplicam-se festejos por todos os agrupamentos de escolas. No entanto, há uma preocupação premente ligada à instabilidade existente a nível de ameaças de greve que estão a perturbar não só a realização das avaliações e conclusão do ano letivo, como também ameaçam, no fundo, perturbar a realização dos exames nacionais. Tal como é preocupação o próximo ano letivo relativamente a aspetos que condicionam não só a vida da escola como das próprias famílias, dado que, até ao momento, não foram ainda recebidas, da parte do Ministério da Educação, alterações que já estão a ser discutidas e negociadas noutros fóruns, como é o caso da manutenção do formato das AEC. Daí estar-se a tentar um contacto com o Ministério no sentido de se poder antecipar algum tipo de alteração que possa comprometer o arranque do ano letivo em condições de serenidade como é desejável. Continuando, a Sra. Vereadora informou que houve necessidade de reorganizar o projeto do "Banco Escolar de Livros Usados" com as Associações de Pais que são as entidades promotoras. A Câmara está a assegurar a parte logística da divulgação e o banco de livros acaba por funcionar em instalações municipais e ser gerido pelos nossos técnicos. Será um projeto de continuidade que se pretende venha a ganhar uma dimensão mais significativa do que teve no ano que está agora a terminar, e que foi o ano zero e de experiência a este nível. ----------

--- Interveio o Vereador Jorge Lopes que perguntou o valor dos Fundos Disponíveis à data. -------

--- Foi informado pela Dra. Irene Lameiro que o valor era de cento e nove mil duzentos e setenta e um euros. ----------
--- O Sr. Vereador lembrou que, no resumo da execução orçamental à data de 4 de junho, ou seja, há sete dias atrás, ainda havia cerca de trezentos e cinquenta mil euros, pelo que solicitou que ainda antes da próxima reunião de Câmara lhe fosse entregue um quadro com todos os pagamentos efetuados. Continuando, abordou a questão da EMIA apontando a existência de contradições entre o valor da dívida da EMIA registado no Relatório de 2012 e os valores do PAEL que se destinariam a faturas da EMIA. A situação fora já apontada na reunião de Câmara e também na Assembleia Municipal houve quem fizesse esse alerta. Em abono da verdade a oposição, nestas coisas, independentemente das suas áreas ideológicas e da sua forma de pensar, é bastante consensual. Quando o Sr. Presidente em Exercício daqui a alguns dias chegar com uma solução finalmente terá percebido aquilo que aconteceu, como foram votados documentos contraditórios, designadamente na Assembleia Geral da EMIA, o Relatório de Contas da EMIA e, na Câmara, o PAEL. ----------
--- Interveio o Sr. Presidente em Exercício para dizer que responderá quando estiver esclarecido. Continuando solicitou a inclusão, na Ordem do Dia, de uma proposta que terá que ser submetida à apreciação da Assembleia Municipal, relativa à SOCASA. ----------
--- Respondeu o Sr. Vereador Jorge Lopes que disse não aceitar a admissão da proposta porque ela implica uma análise em relação ao histórico, nomeadamente em relação ao processo, e a verificação de situações análogas. Se, em 2010, a Câmara aprovou, por unanimidade, um contrato de promessa de compra e venda com os montantes constantes na proposta que, na altura, terá sido também aprovada por unanimidade na Assembleia Municipal, que implicava a assinatura em 2010 e estamos em 2013, terá existido uma ou várias razões para que durante três anos não tenha sido feito este contrato promessa e que o negócio que estava acordado entre a Câmara e a cooperativa, deixasse de ser tão bom e agora passasse a ser uma permuta. Em seu entender, este é o tipo de matérias que tem que ser analisado com todo o cuidado verificando-se, nomeadamente, se esta foi a solução aplicada em situações congéneres, nomeadamente Vila Nova da Rainha, a parte nova e velha da Socasa de Azambuja. Há aqui todo um conjunto de questões que têm que ser vistas porque, se durante três anos havia uma solução que não foi aplicada, também aguenta agora mais quinze dias para que se faça esta análise com todo o cuidado. ----------
--- Tomou a palavra o Sr. Presidente em exercício para dizer que estão presentes dois técnicos que trabalharam nesta proposta e que estão devidamente documentados no caso de pretender esclarecimentos mais profundos sobre o assunto. Respeita, contudo, a opinião do senhor Vereador. ----------
--- Perguntou o Sr. Vereador Jorge Lopes o porquê da proposta agora se o contrato de promessa de compra e venda deveria ter sido assinado até ao dia vinte cinco de Agosto de dois mil e dez, vai fazer três anos. Porque é que não pode esperar até Setembro ou Outubro, se esperou três anos também pode esperar mais dois meses. ----------
--- O Sr. Presidente em exercício avançou com a possibilidade de dar dois ou três dias para o senhor Vereador analisar a proposta e marcar uma reunião extraordinária de forma a inclui-la na próxima Assembleia Municipal, o que foi aceite. ----------

**---------- ORDEM DO DIA ----------**

**--- PROPOSTAS ----------**

**--- 1. Proposta Nº 39/P/ 2013 – ARU – Redução de taxa de vistorias ----------**

---- O Sr. Presidente em Exercício apresentou a Proposta que a seguir se transcreve: ----------

---*"Considerando que:*----------
--- *Pela Proposta nº 84/P/2012 de 4 de Dezembro foram aprovadas as áreas de Reabilitação Urbana I e II, de Azambuja e Manique do Intendente, respetivamente;* ----------
--- *Os proprietários ou titulares de outros direitos, ónus e encargos sobre os edifícios ou frações inseridos nas Áreas de Reabilitação Urbana, poderão ter que solicitar á Câmara, no âmbito da reabilitação urbana, inspeções, ou vistorias a realizar aos imóveis,* ----------
--- *O Regulamento e Tabela de Taxas, Licenças e Preços do Município de Azambuja, em vigor desde novembro de 2010, prevê, no capítulo I, artº 1º, n.12 da respetiva tabela anexa, uma taxa pela realização de vistoria no montante de 135,00€ (cento e trinta e cinco euros);* ----------
--- *A delimitação das áreas de Reabilitação Urbana se encontra definida, importa incentivar e apoiar as operações de áreas de Reabilitação Urbana nelas inseridas para além dos incentivos municipais á reabilitação que foram fixados;* ----------
--- *O regime legal de apuramento de taxas, licenças e preços prevê a introdução de fatores de incentivo, visando a dinamização e recuperação da atividade económica local;*
---*É competência da Assembleia Municipal fixar os valores das taxas municipais, nos termos do disposto na alínea a) do nº 6 do artigo 65ª e alínea e) do nº 2 artº 53, da Lei nº 169/1999, de 18 de setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.*
---*Propomos:*----------
---*Que a Câmara Municipal, nos termos e com base na fundamentação supra exposta, delibere aprovar e, consequentemente, submeter á aprovação da Assembleia Municipal de Azambuja, a redução do valor da taxa pela realização de vistorias solicitadas pelos proprietários ou nos titulares de outros direitos, ónus e encargos dos edifícios ou frações inseridas nas áreas de Recuperação Urbana e prevista no capítulo I, artigo 1º nº 12 da tabela supra identificada para os seguintes montantes:* ----------
--- *Redução de 75% na realização da 1ª vistoria: 33,75 € (trinta e três euros e setenta e cinco cêntimos);* ----------
--- *Redução de 50%, na realização da 2ª vistoria:67,50 € (sessenta e sete euros e cinquenta cêntimos).*" ----------
--- Perguntou o Sr. Vereador Jorge Lopes quantos particulares é que manifestaram interesse concreto, pedidos de informação prévia etc. para aproveitamento da modalidade da ARU. ---------
--- Em resposta, a Sra. Vereadora Ana Maria Ferreira disse que era necessário ter a aprovação da delimitação das ARUS para as pessoas poderem formalmente solicitar isso. Precisávamos ter os valores que só agora é que foram apresentados de certa forma pelo facto de pertencermos à Sociedade de Reabilitação Urbana. Neste momento existem algumas pessoas que nos vão contactando quer diretamente quer à equipa que está afeta a este projeto, perguntando quando é que se podem iniciar aos processos. Mas só a partir de agora é que os processos vão dar entrada formalmente. De qualquer forma, há cerca de quatro ou cinco pessoas que têm acompanhado o processo mais de perto e que presume que são os que irão avançar. Ainda há muitas pessoas que não perceberam exatamente que tipo de benefícios irão ter, por isso é que temos que criar algum tipo de incentivos além da isenção de impostos, e pensou-se que esta seria uma forma de incentivar. Claro que no contexto atual não se esperam, nos próximos tempos, resultados fabulosos em relação a esta situação, precisamente por falta de dinheiro.------
--- Uma vez posta a votação a Proposta N.º 39/P/ 2013 foi aprovada por unanimidade. ----------
**--- 2. Proposta Nº 40/P / 2013 – Isenção de taxas por emissão de alvará----------**
--- O Sr. Presidente em Exercício apresentou a Proposta que a seguir se transcreve: ----------
---*"Considerando que no âmbito do processo 450/02 OOU, em nome da Fábrica da Igreja*

*Paroquial de Azambuja, foi aprovada a alteração à utilização de Centro de Noite para Lar de Idosos, por decisão do Sr. Vice – Presidente de 24 de Maio de 2013;*----------
*-- Considerando que a requerente é uma entidade que na área do Município prossegue fins de relevante interesse público, estando classificada como Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), vem agora apresentar pedido no sentido da isenção do "pagamento das taxas" pela emissão do alvará de utilização;* ----------
*--- Considerando que o valor da taxa devida pela emissão do alvará de utilização é de €1.010,00 (mil e dez euros) (fl. 707);*----------
*--- Considerando que o n.º 2 do artigo 6.º do Regulamento e tabela de taxas, licenças e preços do Município de Azambuja em vigor - Regulamento n.º 816/2010 publicado no DR II Série n.º Regulamento n.º 816/2010 – prevê a dispensa do pagamento de taxas a "pelas pessoas coletivas de direito público (...) que beneficiem de isenção ou redução de IRC;*----------
*--- Considerando que a requerente apresentou documento comprovativo daquela isenção de IRC, (fl. 712);* ----------
*--- PROPONHO que:*----------
*--- a Câmara Municipal delibere, ao abrigo da competência e faculdade prevista no n.º 2 do artigo 6.º do Regulamento e Tabela de Taxas, Licenças e Preços do Município de Azambuja em vigor - Regulamento n.º 816/2010 publicado no DR II Série n.º Regulamento n.º 816/2010 – isentar do pagamento de taxas pela emissão do alvará de utilização".*----------
-- Interveio o Vereador António Nobre para perguntar se a instituição é uma IPSS, pois, em caso afirmativo está abrangida pelo regime jurídico das IPSS, tem apoio da Segurança Social. Pergunta como são os seus financiamentos e se a Instituição ainda não tem utentes. Em sua opinião seria de emitir a licença e diferir o pagamento. Como se sabe o município também tem as suas dificuldades e quando esta instituição regularizasse a situação procederia ao pagamento. Não considerava a concessão de isenção porque estamos a dar isenções e, por outro lado, não temos dinheiro para cumprir com as nossas obrigações, o que é uma contradição enorme. O Centro Paroquial com certeza que vai ter os seus utentes que irão pagar as respetivas taxas, vão ter as contrapartidas do serviço que é prestado, que não serão poucas, também terá algum retorno, e se tem retorno o Município também deve ser ressarcido e precisa de verbas. ----------
--- O Sr. Presidente em Exercício defendeu que seria mais uma forma de se poder ajudar as IPSS que, como sabe, tiveram alguma redução nos apoios que a Câmara lhes dava pontualmente. O recebimento da Segurança Social julga que só serão realizados após o estabelecimento de acordos, até este momento a comparticipação que tiveram foi só para a construção do edifício sendo que a Câmara também subsidiou alguma parte para o equipamento. Neste momento estes mil e dez euros também lhes fazem falta porque também há muita gente que lá está e não dá a devida comparticipação porque os seus rendimentos são muito baixos. ----------
--- Interveio o vereador António Nobre para dizer que a obra em si já foi apoiada pelo município e agora constatamos que efetivamente o Município também está em dificuldades. Há que ter algum rigor nesta matéria porque vão-se dando estes apoios e depois, quando chegar a hora, não há verba disponível e aumentar mais as taxas dos outros munícipes que também têm dificuldades. Sugere a suspensão e diferimento da respetiva taxa permitindo que a instituição pudesse cumprir a exigência legal do procedimento junto da Segurança Social e depois, a partir daí, pagavam ao Município. ----------
--- O Sr. Presidente em exercício lembrou a existência de antecedentes com outras instituições,

não lhe parecendo correto dar um tratamento diferente a esta. ----------
--- Interveio o Vereador Jorge Lopes para dizer que em primeiro lugar e por uma questão de coerência vai votar a proposta favoravelmente. Têm sido concedidas isenções a este tipo de custos ou taxas a todas as IPSS, e não só. Solicitou esclarecimento relativamente à opção da mudança da modalidade Centro de Dia para Lar de Idosos, julga que seja por causa dos protocolos com a segurança social. O que foi confirmado pelo Sr. Presidente em exercício. A Segurança Social, neste momento, está a dar prioridade a lares. Daí a necessidade do processo ser reformulado, e daí o atraso verificado. ----------
--- Uma vez posta a votação a Proposta N.º 40/P/ 2013 foi aprovada com seis votos a favor (PS e CPFNT) e uma abstenção CDU. ----------
**--- 3. Proposta Nº 41/P / 2013 – Atribuição de apoio financeiro ----------**
--- O Sr. Presidente em Exercício apresentou a Proposta que a seguir se transcreve: ----------
---*"Considerando:* ----------
--- *que é competência da Câmara Municipal de Azambuja apoiar e comparticipar no apoio atividades de interesse municipal de natureza social, cultural, desportiva e recreativa - cfr. Al. b) do n.º 4 do art. 64.º da Lei L69/99 de 18 de Setembro alterada pela Lei n.º 5-A/2OO2 de 11 de Janeiro;* ----------
---*que a Filarmónica Recreativa de Aveiras de Cima, comemora este ano, os seus 140 anos de existência, ao serviço da cultura e da divulgação da música;* ----------
--- *o pedido de apoio efetuado pela Filarmónica Recreativa de Aveiras de Cima para pintura da sua sede;*
--- *A informação de uma empresa local, a pedido do serviço de aprovisionamento do município, com o valor monetário correspondente aos materiais solicitados pela Filarmónica Recreativa de Aveiras de Cima.* ----------
--- *Proponho:* ----------
--- *A atribuição de um apoio financeiro no valor de 861,32€ à Filarmónica Recreativa de Aveiras de Cima, para fazer face às despesas de pintura da sua sede".* ----------
--- Uma vez posta a votação a Proposta N.º 41/P / 2013 foi aprovada por unanimidade, ----------
**--- 4. Ratificação de Despachos ----------**
**--- 4.1. Proposta Nº 25/VP / 2013 – Realização de estágio ----------**
---- O Sr. Presidente em Exercício apresentou a Proposta que a seguir se transcreve: ----------
---*"Considerando:* ----------
--- *O pedido apresentado pela Escola Secundária do Cartaxo, para a realização de três estágios, não remunerados, na área do ambiente.* ----------
--- *Que por meu despacho, como Presidente em exercício, foi deferido o pedido supra referido.* -
--- *Proponho:* ----------
--- *Que a Camara delibere aceitar nos termos e ao abrigo do disposto no nº 3, do artº 68, da Lei 169/99, de 18 de Abril, alterado pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, ratificar o despacho do Presidente em exercício, do dia 30 de Maio de 2013, nos termos do qual se autorizou a realização dos estágios, por um período de 210 horas, na Divisão de Ambiente e Serviços Urbanos, com início a 03 de Junho do corrente ano".* ----------
---Uma vez posta a votação a Proposta N.º 25/VP/2013 foi aprovada por unanimidade,----------
**--- 4.2. Proposta Nº 15/VSL / 2013 – Adjudicação de lugares de venda no mercado ----------**
--- O Sr. Vereador Silvino Lúcio apresentou a Proposta que a seguir se transcreve: ----------
--- *"Considerando que:* ----------
--- *No âmbito do procedimento realizado para atribuição de lugares de venda nas atividades de*

*venda a retalho e restauração e bebidas durante a Feira de Maio ficou por atribuir 4 lugares para venda a retalho e 1 lugar na atividade de Pão com Chouriço, com os preços fixados em 100,00 € e 1.050,00 €, respetivamente.* ----------
*--- Considerando que após a realização do ato público (16 de maio) foram apresentadas duas propostas para ocupação de um lugar de venda a retalho pelo valor de 50,00€ e, do lugar de pão com chouriço pelo valor de 750,00€;* ----------
*--- Por despacho do vereador do pelouro foi considerado deferir os dois pedidos, tendo em conta o número de lugares vagos e, o facto do lugar de venda de pão com chouriço (lugar 38) possuir uma localização desfavorável em relação ao outro lugar da mesma atividade.* ----------
*--- PROPONHO:*----------
*--- Que a câmara delibere nos termos e ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/02, de 11 de Janeiro, ratificar os despachos do vereador de 16/5/2013 e de 23/05/2013, nos termos do qual se autorizou a adjudicação dos lugares de venda a retalho e pão com chouriço pelos montantes de 50,00€ e 750,00€, respetivamente".*----------
-- Interveio o Vereador Jorge Lopes para sugerir que em vez de na proposta se dizer "proponho" bastava colocar o artigo e que se prevê a possibilidade da troca, que está no anúncio da hasta pública. ----------
--- Uma vez posta a votação a Proposta 15/VSL/2013, foi aprovada por unanimidade. ----------
**--- 4.3. Proposta Nº 17/VSL / 2013 – Cedência de viatura**----------
--- O Sr. Vereador Silvino Lúcio apresentou a Proposta que a seguir se transcreve:----------
*--- " Considerando o pedido do CNEMA – Centro Nacional de Exposições e Mercados Agrícolas para cedência de uma camioneta para transporte de gado para a 50º Feira Nacional de Agricultura que se realiza entre os dias 08 e 16 de Junho;* ----------
*--- Considerando que a Câmara Municipal de Azambuja tem vindo a colaborar em anos anteriores com aquela entidade, mediante a cedência do referido transporte.* ----------
*--- Proponho:* ----------
*--- Que a câmara delibere nos termos e ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/02, de 11 de Janeiro, ratificar o despacho do Vereador Silvino José da Silva Lúcio de 20/05/2013, nos termos do qual foi cedido ao CNEMA gratuitamente uma viatura, ficando este responsável pelo pagamento ao motorista.*----------
*--- Por lapso não foi solicitado em 2012 autorização a Camara para se efetuar o transporte a título gracioso para o mesmo efeito pelo que se propõe a anulação da fatura entretanto emitida pelos serviços (fact.2474-14/06/2012/466,20 Euros) ".*----------
---Uma vez posta a votação a Proposta N.º 17/VSL / 2013 foi aprovada por unanimidade. ---------
**--- 4.4. Proposta Nº 18/VSL / 2013 - Cedência de viatura** ----------
--- O Sr. Vereador Silvino Lúcio apresentou a Proposta que a seguir se transcreve:----------
*--- "Considerando que:* ----------
*--- Que o Município do Cartaxo, por meio de correio eletrónico de que se junta cópia em anexo, solicitou o apoio da Câmara Municipal de Azambuja para a cedência dos autocarros de 50 e 27 lugares para os dias 08 e 09 de Junho para o torneio de Futebol da cidade.* ----------
*--- Que a colaboração institucional entre as entidades é fundamental para o desenvolvimento das suas atividades, e com vista a permitir uma gestão mais eficiente dos seus recursos.* ----------
*--- Assim, proponho:*----------
*--- Que a câmara delibere nos termos e ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/02, de 11 de Janeiro, ratificar o despacho*

*do Vereador Silvino José da Silva Lúcio de 29/05/2013, nos termos do qual foi cedido a Camara Municipal de Azambuja os autocarros para o transporte solicitado".* ----------
---Uma vez posta a votação a Proposta N.º 18/VL / 2013 foi aprovada por unanimidade. ----------
**--- 5. Proposta Nº 16/VSL / 2013 – Cedência de transporte** ----------
--- O Sr. Vereador Silvino Lúcio apresentou a Proposta que a seguir se transcreve: ----------
--- *"Considerando que:* ----------
--- *Que o Município de Benavente, por ofício de que se junta cópia em anexo, solicitou o apoio da Câmara Municipal de Azambuja para o transporte de cavalos e cabrestos, no dia 29 de junho, uma vez que decorrem nesta data festejos naquela autarquia;* ----------
--- *Que o Município do Cartaxo, por meio de correio eletrónico de que se junta cópia em anexo, solicitou o apoio da Câmara Municipal de Azambuja para o transporte de cavalos e cabrestos para os dias 22 e 23 de Junho, onde decorrem nesta data também festejos.* ----------
--- *Que entre os municípios tem sido habitual a colaboração ao nível de cedência de viaturas pesadas para o transporte de cavalos, gado e matérias-primas, quer durante as festividades naquelas autarquias, quer para fazer face às suas diversas atividades;* ----------
--- *Que a colaboração institucional entre as entidades é fundamental para o desenvolvimento das suas atividades, e com vista a permitir uma gestão mais eficiente dos seus recursos.* ----------
--- *Assim, proponho:* ----------
--- *Que a câmara delibere ceder gratuitamente ao Município de Benavente e Cartaxo as viaturas para o transporte solicitado".* ----------
---Uma vez posta a votação a Proposta N.º16/VSL / 2013 foi aprovada por unanimidade. ----------
**--- 6. Proposta Nº 05/VML / 2013 – Férias em AZB: Condições de participação** ----------
--- O Sr. Vereador Marco Leal apresentou a Proposta que a seguir se transcreve:
--- *"Considerando que:* ----------
--- *A Câmara tem vindo a desenvolver desde 2002 O Programa Férias Desportivas, nas interrupções letivas escolares, destinado às crianças na faixa etária dos 7 aos 14 anos de idade;*
--- *No sentido de diversificar e enriquecer a oferta do serviço que tem vindo a ser prestado no âmbito deste Programa, alterou-se no ano passado o formato e designação do mesmo para Programa Férias em AZB, no qual se introduziram novas modalidades desportivas e atividades culturais e educativas, prestadas por professores especializados, designadamente de badminton, futebol, voleibol, basquetebol, rapel, ginástica, jogos tradicionais, orientação, artes marciais, cinema, dança e ateliers culturais.* ----------
--- *Proponho:* ----------
--- *Que a Câmara delibere aprovar o custo e as condições que cada participante pagará aquando da sua inscrição no Programa Férias em AZB nos termos a seguir discriminados:* ----------
---*1 -Custos:* ----------
---*a) Participante sem Escalão - 25 euros / semana* ----------
---*b) Participante com Escalão B – 12,5 euros / semana* ----------
---*c) Participante com Escalão A – 5 euros / semana* ----------
---*1. Condições:* ----------
---*a) No valor pago por cada inscrição está incluído o custo do respetivo seguro, almoço, transporte, acompanhamento e atividades;* ----------
---*b) Os participantes que integrem um dos escalões acima referidos devem apresentar comprovativo de usufruto de Ação Social Escolar do ano letivo 2012/2013;* ----------
--- *Os participantes que apresentem comprovativo de pertencerem a uma "família numerosa"- tal como definido nas medidas de Apoio a Famílias Numerosas, terão direito a um desconto de 50%*

*no valor da inscrição, apenas se não forem beneficiados pelo desconto de escalão A ou B, ou em caso excecional mediante fundamentação dos técnicos da Acção Social*" ----------
---Uma vez posta a votação a Proposta 05/VML/2013 foi aprovada por unanimidade.----------
**--- 7. INFORMAÇÕES** ----------
**--- 7.1. Departamento de Administração e Finanças – Divisão Financeira – Aprovisionamento--** Adjudicações de Bens e Serviços de valor ≥ 25.000 Euros – Período de 1/3/2013 a 28/03/2013----------
--- A Câmara tomou conhecimento.----------
**--- 7.2. Departamento de Administração e Finanças – Divisão Financeira – Contabilidade –** Resumo da Execução Orçamental - Período de 1/1/2013 a 26/02/2013 ----------
--- A Câmara tomou conhecimento.----------
**--- 7.3. Divisão de Urbanismo** – Despachos do mês de Maio.----------
--- A Câmara tomou conhecimento.----------
**--- INTERVENÇÕES DO PÚBLICO** ----------
--- Interveio uma munícipe declarando que necessita de uma licença de utilização da casa para poder fazer uma escritura. Fez o respetivo projeto e tirou licença, com exceção dos casos da garagem e da arrecadação. ----------
--- O Sr. Presidente em Exercício sugeriu uma reunião na Divisão de Urbanismo para esclarecer o assunto, uma vez que os técnicos dizem que foi excedida a área de construção. ----------
**--- Encerramento** ----------
--- Sendo dezasseis horas e cinquenta minutos, foi declarada encerrada a reunião, tendo sido aprovada e assinada a minuta da ata. ----------
--- Para constar se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelo Sr. Presidente em Exercício e pela Diretora do Departamento Administrativo e Financeiro, Maria Irene Lameiro dos Santos, sob cuja responsabilidade foi elaborada.----------